



Fotos: Camila Kaseker

A ética na Medicina Esportiva

A relação ideal entre o médico do esporte, o atleta, a comissão técnica e a imprensa foi debatida por diversos especialistas no I Fórum de Ética em Medicina Esportiva, promovido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Médica Brasileira (AMB) e Sociedade

Brasileira de Medicina do Esporte (SBME) nos dias 19 e 20 de abril, na sede da Associação Paulista de Medicina.

As discussões do Fórum servirão de subsídio para uma resolução do Conselho Federal sobre o tema, que deve passar por consulta pública antes

de sua publicação. “O Conselho e a AMB têm como desafio criar normas que propiciem independência e segurança ao médico do esporte, assegurando o correto exercício profissional mesmo em uma estrutura suscetível a múltiplas pressões”, ressaltou o presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade. “Conciliar o dinamismo da medicina ao da prática esportiva em um documento norteador sobre ética é tarefa das mais oportunas”, completou José Luiz Gomes do Amaral, presidente da AMB,

Ao abordar as funções do médico do esporte, Paulo Zogaib e Samir Daher concluíram que todas apontam para o objetivo principal de oferecer condições ao técnico de escalar o melhor time possível com saúde. Segundo o presidente da SBME, Félix Drummond, “para isso são necessários parâmetros sobre a quantidade de profissionais e a sua adequada formação”.

“Como coordenador de uma equipe multidisciplinar, o médico precisa explicar em detalhes aos outros profissionais como deve ser o tratamento de uma lesão e até o treinamento corriqueiro”, afirmou o ex-capitão da seleção brasileira de futebol Carlos Caetano Verrí, mais conhecido como Dunga.

De acordo com o cardiologista da seleção, Serafim Borges, que explicou a estrutura ideal de um departamento médico de clube, mesmo os times



Módulo 1: Em debate a interação dos médicos com a Comissão Técnica



Módulo 2: Discussões sobre o médico do esporte - direitos e deveres

menores podem procurar apoio em universidades ou hospitais para acompanhar a saúde dos jogadores.

Dilema entre liberar e vetar

A busca do equilíbrio entre o excesso de conservadorismo, causador de restrições desnecessárias, e uma avaliação clínica superficial, que traria risco ao atleta, é a melhor conduta para o diretor científico da SBME, José Kawazoe. “O médico precisa de sensibilidade para avaliar os sintomas apresentados durante atividades intensas”, recomendou.

Na opinião do treinador Celso Roth, “o médico tem como obrigação informar os riscos à saúde do atleta em todas as situações”, mas Paulo Zogaib lembrou que “não é o médico quem escala o time”. Em outro momento, o desembargador do Tribunal do Justiça do Paraná Miguel Kfourri Neto e o assessor jurídico da AMB, Roberto Carvalho Campos, concordaram que o médico não é responsável pelo desempenho do time, mas pelas condições físicas dos jogadores.

Por outro lado, o atleta que decidir jogar sem a concordância do médico deve declarar ciência de seu diagnóstico por escrito em documento anexo ao prontuário. “O compromisso do médico é com seu paciente, o atleta, por isso não pode ceder aos interesses dos dirigentes ou da comissão técnica, o que explicitaria fraqueza de caráter”, observou o corregedor do CFM, Roberto D’Ávila.

Para o ex-jogador Dunga, há situações de “risco calculado”. “Já atuei machucado em uma partida importante em que apenas a minha presença em campo, mesmo sem me movimentar muito, fez a diferença nas condições psicológicas dos dois times”, relatou. “Alguns ‘sacrifícios’ são normais, fazem parte do esporte profissional, que é altamente degenerativo”, analisou Marco Aurélio Cunha, médico e superintendente do São Paulo Futebol Clube.

Dunga também afirmou que “o médico tem que conquistar a confiança do atleta, falar sempre a verdade, explicar o diagnóstico e o tratamento com

paciência.” No entanto, o ex-capitão não considera ético que o jogador procure outro médico sem a indicação do clube, opinião compartilhada por Osmar de Oliveira, médico e jornalista. “É um demérito enorme para o médico do clube e nada garante que o outro profissional indicará o melhor tratamento.”

Sigilo, doping e mídia

Segundo Miguel Kfourri, a questão do sigilo médico deve estar prevista nos contratos do jogador e do médico com o clube. “O atleta pode autorizar, por exemplo, a divulgação das informações a respeito de lesões esportivas.” Embora a jurisprudência brasileira sobre o tema seja incipiente, o desembargador acredita que a quebra do sigilo pode levar a uma ação indenizatória por dano moral. “A autorização do atleta é sempre necessária, de preferência por escrito”, sentenciou o presidente eleito da SBME, Arnaldo Hernandes.

“É absurda a naturalidade com que são anunciados os casos de doping, ferindo a imagem pública dos atletas”, criticou o jornalista Juca Kfourri, ao observar que “estamos em campos opostos, porque o médico deve preservar a privacidade do jogador, ao passo que o repórter fará o possível para oferecer à torcida cada peculiaridade da vida de seu ídolo.”

De acordo com Osmar de Oliveira, “os jornalistas precisam abordar as lesões e os casos de doping com mais cuidado e precisão e, para isso, deveriam consultar médicos especialistas, aprendendo o mínimo sobre cada assunto.”

Durante o testemunho sobre sua carreira, o ex-jogador Wilson Piazza admitiu já ter sido dopado. “Não havia esclarecimento, orientação, jogávamos sem apoio médico”, contou Piazza, atual presidente da Federação das Associações de Atletas Profissionais. Convidada para discutir os aspectos técnicos em relação ao doping, a médica Renata Castro informou as principais regras da Agência Mundial Anti-Doping, que edita a cada ano uma lista de substâncias e métodos proibidos.



Módulo 3: Aspectos éticos da informação médica



Módulo 4: Debates sobre suporte médico ao atleta